Texto para as próximas 8 questões:

Texto CG1A1-I

O terror torna-se total quando independe de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário. O terror é a realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível, à força da natureza ou da história, propagar-se livremente por toda a humanidade, sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura "estabilizar" os homens, a fim de liberar as forças da natureza ou da história. Esse movimento seleciona os inimigos da humanidade contra os quais se desencadeia o terror, e não pode permitir que qualquer ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira com a eliminação do "inimigo objetivo" da história ou da natureza, da classe ou da raça. Culpa e inocência viram conceitos vazios; "culpado" é quem estorva o caminho do processo natural ou histórico que já emitiu julgamento quanto às "raças inferiores", quanto a quem é "indigno de viver", quanto a "classes agonizantes e povos decadentes". O terror manda cumprir esses julgamentos, mas no seu tribunal todos os interessados são subjetivamente inocentes: os assassinados porque nada fizeram contra o regime, e os assassinos porque realmente não assassinaram, mas executaram uma sentença de morte pronunciada por um tribunal superior. Os próprios governantes não afirmam serem justos ou sábios, mas apenas executores de leis, teóricas ou naturais; não aplicam leis, mas executam um movimento segundo a sua lei inerente.

No governo constitucional, as leis positivas destinam-se a erigir fronteiras e a estabelecer canais de comunicação entre os homens, cuja comunidade é continuamente posta em perigo pelos novos homens que nela nascem. A estabilidade das leis corresponde ao constante movimento de todas as coisas humanas, um movimento que jamais pode cessar enquanto os homens nasçam e morram. As leis circunscrevem cada novo começo e, ao mesmo tempo, asseguram a sua liberdade de movimento, a potencialidade de algo inteiramente novo e imprevisível; os limites das leis positivas são para a existência política do homem o que a memória é para a sua existência histórica: garantem a preexistência de um mundo comum, a realidade de certa continuidade que transcende a duração individual de cada geração, absorve todas as novas origens e delas se alimenta.

Confundir o terror total com um sintoma de governo tirânico é tão fácil, porque o governo totalitário tem de conduzir-se como uma tirania e põe abaixo as fronteiras da lei feita pelos homens. Mas o terror total não deixa atrás de si nenhuma ilegalidade arbitrária, e a sua fúria não visa ao benefício do poder despótico de um homem contra todos, muito menos a uma guerra de todos contra todos. Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas. Abolir as cercas da lei entre os homens — como o faz a tirania — significa tirar dos homens os seus direitos e destruir a liberdade como realidade política viva, pois o espaço entre os homens, delimitado pelas leis, é o espaço vital da liberdade.

Hannah Arendt. **Origens do totalitarismo**. Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

01. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** De acordo com o texto CG1A1-I, o terror corresponde:

a) ao fundamento da ilegalidade.

b) à materialização do regime tirânico.

c) ao objetivo do governo constitucional.

d) ao cerne do regime totalitário.

e) à concretização do 'inimigo objetivo' da história ou da natureza.

02. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** Infere-se do texto CG1A1-I que, na lógica que rege o tribunal do terror, além dos assassinados, também são subjetivamente inocentes os assassinos, porque estes:

a) apenas executam as leis do regime totalitário.

b) são vítimas do regime totalitário.

c) devem obediência aos seus governantes.

d) buscam justiça.

e) são privilegiados pelo regime totalitário.

03. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** No último período do segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o termo "absorve" refere-se:

a) a "preexistência de um mundo comum".

b) a "o que a memória é para a sua existência histórica".

c) a "certa continuidade".

d) ao fato de "os limites das leis positivas" serem "para a existência política do homem o que a memória é para a sua existência histórica".

e) a "duração individual de cada geração".

04. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** No penúltimo período do primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, os dois-pontos empregados após "inocentes" introduzem uma:

a) conclusão.

b) citação.

c) consequência

d) explicação.

e) síntese.

05. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

I. A expressão "Como tal" (quinto período do primeiro parágrafo) tem o mesmo sentido de **nessa qualidade.**

II. No trecho "sua fúria não visa ao benefício do poder" (último parágrafo), a preposição a poderia ser suprimida do vocábulo "ao", sem prejuízo da correção gramatical do texto.

III. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos se os travessões que isolam o trecho "como o faz a tirania" (último parágrafo) fossem substituídos por parênteses.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

06. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** No primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, a autora emprega aspas nas expressões 'raças inferiores', 'indigno de viver' e 'classes agonizantes e povos decadentes' com a finalidade de:

a) destacar que trata de um pensamento alheio.

b) demarcar citações.

c) ironizar o sentido dessas expressões.

d) indicar a fala de uma personagem.

e) expressar sarcasmo.

07. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** No primeiro período do segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o verbo "erigir" tem o mesmo sentido de:

a) manter.

b) derrubar.

c) alargar.

d) construir.

e) reduzir.

08. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – ANALISTA)** No último parágrafo do texto CG1A1-I, a forma verbal "constrói" (terceiro período) estabelece concordância com o termo:

a) "o terror total" (segundo período).

b) "um cinturão de ferro" (terceiro período).

c) "nenhuma ilegalidade arbitrária" (segundo período).

d) "a sua fúria" (segundo período).

e) "uma guerra de todos contra todos" (segundo período).

Texto para as próximas 8 questões:

Texto CG2A1-I

Durante os séculos XXI a XVII a.C., já era possível encontrar indícios do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, cujas leis foram embasadas na célebre frase "Olho por olho, dente por dente", da Lei de Talião. O código definia que o interessado poderia ser ouvido pelo soberano, que, por sua vez, teria o poder de decisão.

Em nível global, o acesso à justiça foi ampliado de forma gradual, juntamente com as transformações sociais que ocorreram durante a história da humanidade.

Com a derrota de Hitler em 1945 e, portanto, o fim da Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil participou contra as ditaduras nazifascistas — devido à entrada dos Estados Unidos da América no conflito, liderando e coordenando os esforços de guerra dos países do Eixo dos Aliados —, o mundo foi tomado pelas ideias democráticas, e o regime autoritário do Estado Novo (iniciado em 1937) já não se podia manter.

Foi somente com a Constituição de 1946 que o acesso à justiça foi materializado, prevendo-se que a lei não poderia excluir do Poder Judiciário qualquer violação de direitos individuais. Esse foi um grande avanço da legislação brasileira, mas não durou muito, já que, quase vinte anos depois, durante o regime militar (1964-1985), o acesso ao Poder Judiciário foi bastante limitado. Nos anos de 1968 e 1969, com a emissão dos atos institucionais, as condutas praticadas por membros do governo federal foram excluídas da apreciação judicial.

A partir de 1970, o Brasil começou a caminhar para a consagração efetiva do direito de acesso à justiça, com a intensificação da luta dos movimentos sociais por igualdade social, cidadania plena, democracia, efetivação de direitos fundamentais e sociais e efetividade da justiça.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, que materializou expressamente o acesso à justiça em seu artigo 5.º, inciso XXXV, como direito fundamental de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Nesse sentido, o legislador constituinte não só concedeu a possibilidade de acesso aos tribunais, como também estabeleceu a criação de mecanismos adequados para garanti-la e efetivá-la. O acesso à justiça deve ser compreendido, assim, como o acesso obtido tanto pelos meios alternativos de solução de conflitos de interesses quanto pela via jurisdicional e das políticas públicas, de forma tempestiva, adequada e eficiente, a toda e qualquer pessoa. É a pacificação social com a realização do escopo da justiça.

Internet: <www.politize.com.br> (com adaptações)

09. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** O tema central do texto CG2A1-I é:

a) a ampliação gradual do Poder Judiciário desde a previsão constitucional de 1946.

b) a definição expressa do princípio do acesso à justiça no Código de Hamurabi.

c) o estabelecimento de mecanismos que garantem o poder do governante.

d) a evolução histórica do direito de acesso à justiça.

e) o embasamento do princípio de acesso à justiça na Lei de Talião.

10. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** Infere-se do texto CG2A1-I que o acesso à justiça:

a) é concedido aos brasileiros natos e, com restrições, aos estrangeiros de qualquer nacionalidade naturalizados brasileiros, ainda que não residam no Brasil.

b) é concedido ao cidadão brasileiro por decisão do Poder Judiciário.

c) é definido na Constituição Federal de 1988, mas não tem efetividade no mundo real.

d) representa a prerrogativa exclusiva dos brasileiros de buscar a tutela de seus direitos por meio da atuação de um magistrado.

e) constitui, no Brasil, o direito de ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para pleitear e alcançar a tutela jurisdicional do Estado.

11. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** No texto CG2A1-I, predomina a tipologia textual:

a) descritiva.

b) argumentativa.

c) expositiva.

d) narrativa.

e) injuntiva.

12. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do primeiro parágrafo do texto CG2A1-I. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a coerência e a correção gramatical do texto.

a) Já nos séculos XVII a XXI a.C., era possível encontrar vestígios da existência do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, em cujas leis tiveram inspiração a frase da Lei de Talião "Olho por olho, dente por dente".

b) Sinais do direito de acesso à justiça já podiam ser encontrados no decorrer dos séculos XXI a XVII a.C., no Código de Hamurabi, cujas leis eram fundamentadas na seguinte famosa frase da Lei de Talião: "Olho por olho, dente por dente".

c) Dentre os séculos XVII a XXI a.C., se encontram indicação do acesso ao direito de justiça na Lei de Talião ("Olho por olho dente por dente"), presente no Código de Hamurabi.

d) No período entre os séculos XXI a XVII, já existia indícios do direito de acesso à justiça na Lei de Talião, chamada de Código de Hamurabi, pela máxima "Olho por olho, dente por dente".

e) Nos séculos XXI a XVII a.C., era possível já encontrar traços da garantia do direito de acesso a justiça nas leis do Código de Hamurabi, onde foram embasadas na famosa sentença "Olho por olho, dente por dente" da Lei de Talião.

13. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** A correção gramatical e os sentidos do texto CG2A1-I seriam preservados com a substituição de:

I. "que ocorreram" (segundo parágrafo) por **sucedidas**.

II. "portanto" (terceiro parágrafo) por **contanto**.

III. "da qual" (terceiro parágrafo) por **cuja**.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens II e III estão certos.

14. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** No primeiro parágrafo do texto CG2A1-I, o elemento "que", em "que, por sua vez, teria o poder de decisão", refere-se a:

a) "Talião".

b) "Hamurabi".

c) "O código".

d) "soberano".

e) "o interessado".

15. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** A correção gramatical do texto CG2A1-I seria preservada se:

a) fosse inserida uma vírgula logo após "Constituição de 1946" (quarto parágrafo).

b) fosse inserido o sinal de dois-pontos logo após a forma verbal "definia" (primeiro parágrafo).

c) fosse inserida uma vírgula logo após a palavra "ampliado" (segundo parágrafo).

d) fossem suprimidos os travessões empregados no terceiro parágrafo.

e) fosse suprimida a vírgula empregada logo após "artigo 5.º" (sexto parágrafo).

16. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** No terceiro parágrafo do texto CG2A1-I, o trecho entre travessões informa o motivo de:

a) o Brasil ter participado da Segunda Guerra Mundial contra as ditaduras nazifascistas.

b) Hitler ter sido derrotado em 1945.

c) a Segunda Guerra Mundial ter chegado ao fim.

d) o regime autoritário do Estado Novo ter sucumbido.

e) o mundo ter sido tomado pelas ideias democráticas.

Texto para as próximas 4 questões:

Texto CG1A1-I

Um problema no estudo da violência é sua relação com a racionalidade. Os atos violentos mais graves, praticados com requintes de crueldade, são vistos pela mídia e pela opinião pública como atos irracionais. Ora, se a violência é irracional, não é por ser obra de um ser desprovido de razão, mas por ser, paradoxalmente, o produto de uma razão perigosamente racional. É o que ocorre quando certos mecanismos racionais, como a simplificação, que reduz tudo a um único princípio explicativo, e a polarização, que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis, deixam o indivíduo sem alternativas. Esses mecanismos traduzem a racionalidade de uma razão incapaz de lidar com os antagonismos, as diferenças e a diversidade.

Portanto, o problema que levanta a violência é muito menos o da irracionalidade do que o de uma racionalidade repleta de "razões" para não se deter diante de limites estabelecidos pela própria razão humana. É a razão que, amplificando os conflitos, reduzindo as alternativas ao impasse e superdimensionando os defeitos dos outros, cria os cenários em que florescem as ideologias legitimadoras da violência. Em outras palavras, o problema da violência está intimamente ligado ao problema das relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária. O que mais espanta na violência, quando ela é razão de espanto, é a sua dramaturgia, a exposição da crueldade ao estado puro. É, pois, o caráter aparentemente absurdo dessa dramaturgia que confere à violência o status de irracionalidade. No entanto, as razões dessa irracionalidade raramente são explicitadas e, frequentemente, deixam de existir quando o recipiente de atos violentos é o "inimigo".

Angel Pino. **Violência, educação e sociedade**: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *In*: **Educ. Soc**., Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, out./2007 (com adaptações).

17. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – PC/PB – DELEGADO)** O foco do autor do texto CG1A1-I é defender a ideia de que:

a) a irracionalidade é elemento característico da violência extrema.

b) a razão é paradoxalmente capaz de lidar com o antagonismo e a diversidade.

c) a violência está associada a ameaças reais identificadas pela razão.

d) a irracionalidade é uma explicação falaciosa para a violência extrema.

e) a aplicação de mecanismos racionais transforma perigos irreais em fatos.

18. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – PC/PB – DELEGADO)** Seria gramaticalmente correta e manteria os sentidos do texto CG1A1-I a substituição de:

a) "Ora" (terceiro período do primeiro parágrafo) por **Então**.

b) "No entanto" (último período do segundo parágrafo) por **Porquanto**.

c) "Portanto" (primeiro período do segundo parágrafo) por **Por conseguinte**.

d) "Em outras palavras" (terceiro período do segundo parágrafo) por **Outrossim**.

e) "pois" (penúltimo período do segundo parágrafo) por **sem embargo**.

19. **(CESPE/CEBRASPE – 2022 – PC/PB – DELEGADO)** Com relação aos aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

I. No quarto período do primeiro parágrafo, tanto o trecho "que reduz tudo a um único princípio explicativo" quanto o trecho "que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis" consistem em orações explicativas.

II. Caso o trecho "É a razão que" (segundo período do segundo parágrafo) fosse substituído por **A razão**, seria mantida a correção gramatical do texto.

III. No trecho "É, pois, o caráter aparentemente absurdo dessa dramaturgia que confere à violência o *status* de irracionalidade", o termo "que" é uma forma pronominal cujo referente é "dramaturgia".

IV. No trecho "O que mais espanta na violência, quando ela é razão de espanto, é a sua dramaturgia, a exposição da crueldade ao estado puro", o termo "que" introduz oração adverbial comparativa.

Estão certos apenas os itens:

a) I e II.